



Diretoria da FNE é empossada e Seageto participa da cerimônia



A cerimônia de posse da diretoria da FNE, realizada em 28 de março, na Assembleia Legislativa de São Paulo, marcou a renovação do compromisso da entidade com a defesa da categoria, a valorização da profissão e o desenvolvimento nacional. Essa agenda, que tem guiado a atuação da FNE, foi traduzida em ideias, propostas e discussão por meio do “Cresce Brasil + Engenharia

+ Desenvolvimento”, lançado há dez anos. Tal debate segue ativo e atual, pois mantemos nossa convicção sobre a necessidade e a possibilidade de o País alcançar um patamar socioeconômico que permita oferecer a toda a sua população condições de vida digna, assim definiu o presidente da FNE, Murilo Celso Pinheiro.

Os dirigentes do Seageto que prestigiaram o evento disseram que o momento era de comemoração pelo salto positivo de projeção

que a engenharia teve nos últimos 10 anos, mas também de amargura e desapontamento, atualmente, devido ao declínio ocorrido em função da crise econômica que assola o país. “Sei que é preciso cautela e reflexão nesse momento difícil que atravessa nosso país, mas centenas de postos de trabalho foram fechados e milhares de profissionais da engenharia estão desempregado, precisam do nosso apoio, do nosso compromisso de lutar à favor deles e contra os desatinos insanos dos nossos governantes”, desabafou o presidente do sindicato dos engenheiros, Antonio Ciro Bovo.

E é diante dessa situação preocupante que se insere o segundo compromisso assumido pela FNE: a disposição de atuar de forma coesa com o conjunto dos profissionais e entidades representativas da área tecnológica para que o País retome os rumos do crescimento econômico. Lançamos, portanto, o movimento “Engenharia Unida”, numa articulação nacional pelo desenvolvimento, que congrega os dirigentes de Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Creas), associações, instituições acadêmicas, empresariais e sindicatos da base da FNE.



O Seageto Notícias está aberto a receber colaborações através de informações e anúncios. Nossos contatos:

Fone: 63.3216.2981
email: seageto@brturbo.com.br
ou acesse: www.seageto.org.br

ART - GARANTIA PARA O PROFISSIONAL E A SOCIEDADE

Profissionais do Sistema Confea/Creas, ao preencherem suas anotações de responsabilidade técnica (ART) no campo referente a entidade de classe, coloquem a opção SEAGETO. Desta forma, vocês estarão repassando até 10% de sua ART para o Sindicato da categoria, e estarão contribuindo para que a entidade fortaleça a luta em defesa dos profissionais e da engenharia nacional. Mais informações pelo telefone (63) 3216-2981.



Presidente do Seageto
Antonio Ciro Bovo

Palavra do Presidente

Caros profissionais!

Tendo em vista que ainda pairam dúvidas sobre as contribuições sindical, associativa e assistencial cobradas pelo sindicato, passamos a conceituar as diferenças existentes entre elas:

A Contribuição Sindical, prevista em lei é compulsória e devida por todos aqueles que participam de uma determinada categoria econômica ou profissional ou de uma profissão liberal, independente de o profissional ser ou não associado ao sindicato, e deve ser recolhida em favor da entidade sindical representativa da categoria. Os profissionais regidos pelos sistemas CONFEA/CREA-TO e CAU-TO, empregados ou liberais têm profissão regulamentada por conselho próprio e podem optar por recolher a contribuição sindical até o dia 28 de fevereiro de cada ano, conforme previsto no artigo 585 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). No caso dos profissionais empregados, se não adotada a situação acima, será descontado pela empresa no pagamento do mês de março, 1/30 avos a título de contribuição sindical.

A Contribuição Associativa é facultativa, somente é devida quando o profissional se filiar ao sindicato. Nesse caso, este trabalhador passa a usufruir de determinados benefícios, como o direito a assessoria jurídica, aquisição de serviços na área da educação e saúde nas empresas conveniadas à entidade dentre outros, não estendidos aos profissionais que pagam somente a contribuição sindical. Claro que isso não significa que estes, não são contemplados, pelo contrário os recursos da Contribuição Sindical são revertidos em benefícios para toda a categoria, já que o Seageto representa a classe perante instituições públicas e empresas privadas.

A Contribuição Assistencial também é facultativa e é cobrada por ocasião da formalização dos acordos e convenções coletivas com empresas e sindicatos patronais. Saliente-se que o SEAGETO não cobra este tipo de contribuição nos acordos e convenções coletivas que participa.

A manutenção e funcionamento do sindicato depende das contribuições de sua classe para sobreviver e atuar. Frise-se que todos os membros da diretoria do SEAGETO, participam de forma voluntária, não tendo nenhum tipo de remuneração. A representatividade do SEAGETO depende do apoio e união dos profissionais da classe, por exemplo, no momento, em conjunto com mais de trinta outros sindicatos e associações profissionais, lutamos com o impasse do pagamento da data-base dos servidores do Estado e o não cumprimento por parte do governo estadual do acordo regulamentado em lei para pagar os atrasados de 2015 em parcelas iguais, que deveriam ter sido iniciadas em janeiro deste ano e até agora estamos nessa queda de braço, em que o governo alega não ter dinheiro para cumprir o acordado.

Vamos nos unir, participar e lutar por melhores condições de trabalho.

Comissão discute mudanças no Estatuto dos servidores de Palmas



As entidades representativas dos servidores públicos do município de Palmas, incluindo o Seageto, se mobilizaram e discutiram em várias reuniões propostas de alteração do Estatuto dos servidores, juntamente com a Câmara de Recursos Humanos da Prefeitura.

Após a elaboração e aprovação do documento, o Estatuto foi entregue ao prefeito Carlos Amastha para análise e aprovação.

ACESSE NOSSO SITE:
WWW.SEAGETO.ORG.BR



 SINDICATO DOS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E GEÓLOGOS NO TOCANTINS

Presidente:

Engenheiro de produção, Antonio Ciro Bovo

Vice-presidente:

Engenheiro agrônomo, João Alberto Rodrigues Aragão

Diretora administrativa:

Engenheira civil, Solange Maria Feitosa Pereira

Diretor administrativo adjunto:

Engº Joseano Carvalho Dourado

Diretor promo. cul. com. social e esportivo:

Engenheira mecânica, Maria José Balbaki

Diretor jurídico e de política sindical:

Engenheiro sanitarista, Aristeu Gonçalves

Diretor financeiro:

Engenheiro civil, Jefferson Jaime Cassoli

Jornalista responsável:

Rosilda Pereira - DRT-TO 067

Impressão e Fotolito:

Gráfica Santo Expedito

Notícias da FNE

Defender emprego e direitos, combater as ameaças

Murilo Celso de Campos Pinheiro

A comemoração do 1º de maio neste ano deu-se em cenário que inegavelmente apresenta dificuldades. A recessão econômica e o desemprego agravam-se e os sinais de recuperação tardam a surgir. Contudo, é preciso ter clareza que a nossa tarefa neste momento é enfrentar os desafios e superá-los, e não mergulhar no pessimismo que imobiliza. Precisaremos dobrar nosso esforço de organização, mobilização, capacidade de negociação e de buscar meios de garantir a preservação dos empregos e direitos e também reivindicar ganhos legítimos e necessários a título de reajuste e aumento real.

Para tanto, é urgente que saiamos da armadilha de arrocho e estagnação que prejudica forte e diretamente o trabalhador, mas que também em nada interessa ao setor produtivo, ao Estado e ao conjunto da sociedade. A lógica precisa ser invertida. Vamos abandonar o discurso da derrota e buscar o caminho para a retomada do desenvolvimento e de valorização do trabalho. A tarefa nada tem de simples, mas deve ser empreendida o quanto antes para o bem de todos e do País. Com a mesma determinação, há que se combater as ameaças diversas aos direitos dos trabalhadores e à sua capacidade de organização e luta que surgem em



forma de propostas de alteração na legislação. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) fez um levantamento no qual constam nada menos que 55 ataques a direitos hoje em tramitação no Congresso Nacional (<http://goo.gl/vSI7Fm>). Entre esses, estão terceirização sem limites, com a consequente precarização das relações do trabalho; impedimento de demitido de reclamar na Justiça; eliminação de normas regulamentadoras referentes a segurança do trabalho; redução da idade mínima para atividade laboral; afronta a vários direitos das mulheres; privatização de todas as empresas públicas; jornada de trabalho flexível e intermitente; e até a permissão ao trabalho degradante e com jornada exaustiva, que deixariam de caracterizar escravidão.

Ou seja, existe claramente um forte avanço sobre direitos históricos da população brasi-

leira. A aprovação dessas proposições significaria a perda de conquistas alcançadas em décadas de luta e seria um retrocesso inimaginável que prejudicaria a imensa maioria dos brasileiros. Por isso mesmo, não é possível que o conjunto da sociedade cruze os braços e permita que tais intentos se consolidem. É preciso acompanhar com atenção e seriedade o que está em debate e em disputa no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado e fazer com que os parlamentares compreendam os reais anseios da sociedade. Nosso propósito não é retroagir ao século XIX, mas, pelo contrário, avançar definitivamente ao XXI, deixando para trás o atraso e as nossas mazelas sociais. Portanto, a hora é de agir, não de se abater. Vamos ao bom combate!

Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente da Federação Nacional
dos Engenheiros (FNE)